

ATAS

ATA Nº 119 (cento e dezanove)

----- Pelas vinte e uma horas, do dia vinte e oito de março do ano dois mil e vinte e cinco, reuniu, em segunda convocatória, na sua sede social, a Assembleia Geral do Centro Cultural e Social de Santo Adrião (CCSSA), para cumprimento da agenda que constava da citada convocatória, datada de treze de Março de dois mil e vinte e cinco, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1) Apresentação do Relatório de Atividades e Contas de 2024; -----

----- 2) Parecer do Conselho Fiscal. -----

----- 3) Votação dos documentos antes analisados; -----

----- 4) Ratificação da deliberação sobre os financiamentos obtidos, nomeadamente: -----

- Contrato n.º 038 3 100514 1, referente à linha de conta corrente flexível, no montante de 100.000,00€, contratado em 13/05/2022. -----

- Contrato n.º 03 36 101162 0, referente à linha de crédito Impacto + Social, no montante de 47.500,00€, contratado em 25/03/2024. -----

----- A mesa foi constituída pelo Presidente da Mesa Assembleia Geral (PMAG), Vasco Cunha Ferreira Grilo e secretariada por Nelson André da Silva Rodrigues, como 1º secretário e Maria Rosalina Loureiro Pires Martins, como 2º secretário. Houve registo escrito de presenças (18 presenças). -----

----- O PMAG deu início à sessão agradecendo a presença de todos/as, dando início ao cumprimento da ordem de trabalhos. Passou então à leitura da convocatória. Como nota prévia, informou que a ata n.º 118, não recebeu qualquer proposta de alterações ou aditamentos, considerando-se assim aprovada. Mesmo assim, perguntou à assembleia se têm algo a acrescentar. Não havendo sugestões, a referida ata foi considerada aprovada. -----

----- Para a apresentação do relatório de atividades e contas (RAC), convidou a direção a fazê-lo. O associado José Castro leu então o texto de abertura do RAC. De seguida o Tesoureiro, Rui Cruz, apresentou as contas do período de 2024 (plano anual) tendo recorrido à projeção de uma apresentação em *Powerpoint*, para que toda a assembleia pudesse acompanhar de forma gráfica/ilustrada. Começou por uma análise dos desvios de 2024, apresentando os rendimentos (orçamentado: 2.377.896,48€; executado: 2.647.036,09€) e os gastos (2.599.067,53€). O resultado líquido foi de 47.968,56€. Constata que, em comparação com o ano de 2023, houve um decréscimo dos rendimentos no valor de 26.590,1€, devido ao investimento na qualificação de espaços, reabilitação de património e melhoria dos serviços prestados. Ao nível dos rendimentos houve um acréscimo de 5,89%, em comparação com o ano anterior, verificando-se um aumento na prestação de serviços e uma redução dos subsídios à exploração. Quanto aos donativos, a maior parte (86%, 126.506,07€) são compostos por bens e os restantes 14% (20.238,74€) em numerário. Comparativamente ao ano de 2023 verifica-se um aumento dos donativos. -----

----- Quanto aos gastos, houve uma ligeira subida (7,2%) fruto do aumento dos salários e do aumento generalizado dos preços dos produtos e serviços necessários à instituição. Os gastos com pessoal também registaram um acréscimo em relação a 2023, devido ao aumento do SMN, das atualizações salariais e da criação de novos postos de trabalho, com a criação de uma nova resposta (creche, polo 4). De seguida, fez uma demonstração geral dos resultados, sendo o resultado líquido do período de 2024 no valor de 47.968,56€. Apresentou também os resultados líquidos de cada resposta social, aludindo ao facto de algumas respostas terem resultados negativos, o que não implica que as mesmas não sejam continuadas, mas sim alvo de reflexão que permita otimizar os seus resultados, pois o CCSSA é um todo, composto por diferentes valências com diferentes missões todas elas importantes para a comunidade onde o CCSSA está inserido. Quanto aos fluxos financeiros, refere que um dos objetivos desta direção será ter sempre um fluxo de caixa que permita enfrentar algum problema/situação grave, tendo pelo menos o equivalente a um mês de salários em caixa. Apresentou as disponibilidades, as dívidas e os investimentos. Para terminar, apelou à consignação do IRS ao CCSSA, pois representa uma contribuição muito válida para a instituição (em 2024 obteve 6.840,02 euros). -----

----- De seguida, o PMAG solicitou à direção que fizesse uma sumula das atividades desenvolvidas pelas diversas valências. Tomou a palavra o Vice-presidente da Direção (VP) João Silva. Referiu que no ano de 2023, o contexto no setor social foi diferente, devido ao impacto que a subida dos combustíveis, energia e bens alimentares sofreram de forma imprevista, em resultado do enquadramento geopolítico na Europa. Essa situação conduziu a apoios sociais às instituições que afetaram positivamente os seus resultados financeiros. No ano de 2024 não existiram apoios extraordinários, afetando os resultados da receita em relação ao ano anterior, sendo que, mesmo considerando o referido, o resultado final do ano 2024 resulta em superávit. Para atingir um resultado positivo no ano 2024, fundamental ao funcionamento da instituição, a direção definiu estrategicamente um planeamento que permitisse a obtenção das condições necessárias para superar o Plano de Atividades e Orçamento Previsional definido para o ano 2024. Considerando os apoios sociais para as valências da infância e para satisfazer as solicitações dos utentes, a direção aumentou a capacidade de resposta da instituição nestas respostas sociais, afetando positivamente a viabilidade e disponibilidade financeira (com a abertura do polo 4). Para um melhor esclarecimento do funcionamento das respostas sociais da instituição, no que respeita às respostas sociais da terceira idade, o VP explicou o resultado negativo obtido na ERPI, referindo que a instituição funciona como “um todo” e que o objetivo principal da instituição é possibilitar o acesso dos utentes, que efetivamente necessitam, às respostas sociais com resultados que viabilizem o funcionamento da instituição. Uma gestão estratégica e atenta, com a análise constante aos resultados das diversas respostas sociais, permite superar os resultados menos positivos de algumas valências, com o resultado positivo de outras, sem imputar aos utentes mais carenciados esforços que estes não podem suportar e

ATAS


Folha 55

sem colocar em causa o resultado financeiro da instituição, que garanta a sua viabilidade e lhe permita cumprir com as suas obrigações. Fez ainda menção às respostas de cariz social (SAAS; GASE; CS; POAPMC), demonstrando o esforço da direção em garantir que estas respostas se mantenham de forma sustentável e sem esforço financeiro excessivo ou endividamento da instituição. No que concerne ao Plano de Atividades, destacou algumas atividades e eventos das diversas respostas, as quais podem ser consultadas em detalhe no RAC. Mencionou ainda as atividades promovidas pelas valências de caráter desportivo e cultural, tão importantes para o dinamismo do CCSSA, levando o seu nome a outros pontos do país. Quanto ao Bar, apesar do resultado financeiro negativo, considerando o baixo impacto que tem nessa análise, será mantido em funcionamento para servir a instituição. Aproveitou ainda para agradecer aos benfeitores por toda a ajuda prestada. -----

----- Terminadas as exposições do tesoureiro e do VP, o PMAG abriu um espaço para a intervenção dos associados presentes. O associado João Jesus Silva relembrou que o apelo à consignação do IRS deve ser intensificado, uma vez que este ano o valor será o dobro do habitual (1%). Para concluir este ponto o associado José Castro leu a conclusão do RAC. -----

---- Passou-se ao ponto dois, no qual o PMAG solicitou ao Conselho Fiscal do CCSSA que emitisse o seu parecer, tendo o mesmo sido lido perante a assembleia e que a seguir se transcreve: "Em cumprimento das disposições legais e estatutárias o Conselho Fiscal emitiu o seu parecer sobre o Relatório e Contas relativo ao ano dois mil e vinte e quatro. No que refere ao relatório de atividades apresentado pela Direção, considera o Conselho Fiscal que o mesmo traduz o que de mais importante aconteceu, durante o ano findo. Em relação às contas apresentadas pela Direção, em conformidade com a sua responsabilidade estatutária, e que revelam um resultado líquido positivo de quarenta e sete mil, novecentos e sessenta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos para o ano de dois mil e vinte e quatro, o Conselho Fiscal considera que as mesmas, através das demonstrações financeiras apresentadas, refletem de forma apropriada e fiel, nos seus aspetos mais relevantes, a situação patrimonial da instituição, em consonância com os princípios contabilísticos para uma Instituição Particular de Solidariedade Social. O resultado líquido, embora represente uma variação negativa em relação ao período de dois mil e vinte e três, leva o Conselho Fiscal a concluir que o CCSSA atingiu os objetivos propostos, tanto no que respeita aos rendimentos, que registaram um aumento de 5,89% em comparação com o ano anterior, como no que se refere às despesas. Apesar de existir um ligeiro aumento de cerca de 7,2% em relação ao período anterior, este é justificado pelos aumentos dos salários e respetivos encargos, bem como do aumento generalizados dos preços, especialmente dos produtos e serviços essenciais para a instituição. Destaca-se que a rubrica de Gastos com Pessoal, devido ao aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida, registou um acréscimo de aproximadamente 8,7% em relação a dois mil e vinte e três, mas, mantendo-se como 66% do total de gastos, o que revela uma harmonização na variação das diversas rubricas em comparação com

o período anterior. Apesar dos constrangimentos e fatores exógenos observados, o resultado obtido demonstra a aplicação de metodologias corretas de gestão estratégica e controlo de gastos, as quais devem ser mantidas para assegurar a consolidação estrutural da instituição na sua área de atuação. É essencial continuar e aprimorar o plano de ação, monitorizando constantemente os indicadores financeiros de cada valência, gerindo rigorosamente os ativos e passivos, e adaptando os meios à realidade, face aos tempos imprevisíveis e onerosos no desenvolvimento da atividade económica. De notar, ainda, que os particulares aumentos dos custos do ano em análise, à semelhança do ano anterior, continuam a dever-se a fatores exógenos à gestão da instituição, fatores que conseguem ser atualmente acomodados em virtude de a receita ter superado a despesa. O Conselho Fiscal, entende, que a responsabilidade na mitigação destes constrangimentos terá de continuar a ser repartida com a tutela na devida adequação das transferências e no deferimento dos acordos requeridos por esta instituição, para que se possa, continuamente, fazer face aos novos enquadramentos legais, especialmente no que se refere à Remuneração Mínima Mensal Garantida, e à difícil situação económica e financeira. Feitas estas apreciações, somos de parecer que a Assembleia Geral deverá aprovar o Relatório e Contas relativas a dois mil e vinte e quatro, apresentado pela Direção.”-----

----- Após o parecer favorável do Conselho Fiscal, procedeu-se à votação do RAC de 2024, sendo este aprovado por unanimidade. O VP tomou a palavra para comunicar que o Presidente da Direção (Dr. João Sousa) tinha intenção de estar presente nesta assembleia, mas devido ao facto de estar a restabelecer a sua melhor condição de saúde, decidiu preservar-se, atendendo às condições climáticas. Quanto à Dra. Carolina Granja, secretária da Direção, também não compareceu por estar a recuperar de uma pequena cirurgia. -----

----- Entrando no ponto quatro da ordem de trabalhos, o Tesoureiro explicou que era necessário proceder-se à ratificação dos seguintes financiamentos obtidos no Banco Montepio e solicitada pela mesma entidade: -----

- Contrato n.º 038 3 100514 1, referente à linha de conta corrente flexível, no montante de 100.000,00€ (cem mil euros), contratado em treze de maio de dois mil e vinte e dois (13/05/2022). Trata-se de uma linha de financiamento a utilizar apenas em situações de dificuldades de caixa. -----

- Contrato n.º 03 36 101162 0, referente à linha de crédito Impacto + Social, no montante de 47.500,00€ (quarenta e sete mil e quinhentos euros), contratado em vinte e cinco de março de dois mil e vinte e quatro (25/03/2024) para financiar a compra de uma carrinha de transporte de 9 passageiros. -----

----- O Tesoureiro esclareceu os presentes sobre as condições contratadas e a necessidade de ratificação aos contratos em assunto, referindo que, atendendo ao período do COVID-19, as entidades bancárias autorizavam, às IPSS's, a contratação com a apresentação de atas dos órgãos da Direção e Conselho Fiscal,



Folha 56

ATAS

com parecer favorável, solicitando agora a ratificação dos mesmos contratos em Assembleia Geral. O VP informou, para melhor esclarecimento, que, a instituição já tinha contratado com o Banco Montepio, uma conta corrente desde o ano 2017, com valores superiores e que em 2019 tinha sido alterada para uma conta corrente com valor limite de utilização de 150.000,00€ e hipoteca do imóvel da instituição como garantia. No que respeita ao contrato referente à linha de conta corrente flexível, a ratificação, necessária em Assembleia Geral, diz respeito ao contrato aprovado por unanimidade pelo órgão de Direção, em 06 de maio de 2022, e pelo órgão do Conselho Fiscal, em 09 de maio de 2022, no qual se reduziu o limite de utilização da conta corrente para 100.000,00€ e se eliminou a hipoteca do imóvel. O órgão da Direção esclarece que não se trata de um novo contrato, mas sim de um contrato que visava o apoio à tesouraria, à data da sua contratação, na eventualidade de existir alguma dificuldade de disponibilidade financeira, que pudesse resultar do atraso de receitas provenientes de utentes e acordos existentes. O órgão da Direção informa que atualmente, e de acordo com o Relatório de Contas do ano 2024 e em conformidade com esclarecimento já efetuado pelo tesoureiro, nesta mesma reunião de assembleia geral, a instituição apresenta, em função da sua gestão rigorosa, um fluxo de caixa que lhe permite fazer frente a qualquer eventual atraso nos recebimentos contratados, garantindo os compromissos com colaboradores e fornecedores, sem necessitar de recorrer à mesma linha de conta corrente. Ainda assim, o órgão de Direção, considera prudente e importante acautelar qualquer imprevisto e conservar o contrato em questão. -----

No que respeita ao contrato referente à linha de crédito Impacto + Social, o valor contratado corresponde ao valor necessário para aquisição de uma viatura nova, com capacidade para transporte de 9 passageiros. Apesar do transporte não ser uma atividade principal da Instituição e de se tratar de um serviço complementar à sua atividade, esta aquisição por parte da instituição vem potenciar os serviços prestados e melhorar a qualidade dos mesmos (transporte de crianças ou idosos). A instituição procurou outras linhas de financiamento, nomeadamente o sistema de leasing, junto das entidades que poderiam apoiar o investimento, mas optou pela linha de crédito identificada, considerando as vantagens apresentadas em detrimento de outros apoios ao financiamento. Trata-se de uma verba que tem um destino objetivo, a aquisição de viatura de 9 passageiros, e que já foi adquirida, aguardando-se apenas a sua entrega. -----

----- Após os esclarecimentos dados pelo Tesoureiro e pelo VP, abriu-se um período para eventuais intervenções da assembleia, o que não se verificou. -----

----- O PMAG colocou então à votação a ratificação de cada contrato. Relativamente ao 1º contrato, a ratificação foi aprovada por unanimidade; quanto ao 2º contrato, a ratificação também foi aprovada por unanimidade. -----

----- De seguida procedeu-se à leitura de uma minuta da ata, após a qual foi colocada à consideração da assembleia para aprovação. Foi aprovado por unanimidade. A sua redação final será enviada para os associados presentes para recolha de eventuais contributos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o PAMG agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. A presente ata será assinada pelos elementos da mesa. -----

O Presidente: Vasco Grilo

(Vasco Cunha Ferreira Grilo)

O 1º Secretário: Nelson Rodrigues

(Nelson André da Silva Rodrigues)

O 2º Secretário: Mª Rosalina Loureiro Pires Martins

(Maria Rosalina Loureiro Pires Martins)